



VNiVERSIDAD
D SALAMANCA

CAMPUS DE EXCELENCIA INTERNACIONAL

FACULTAD DE FILOLOGÍA

GRADO EN ESTUDIOS PORTUGUESES Y BRASILEÑOS

Trabajo de Fin de Grado

As relativas não padrão cortadora e copiadora
na Lusofonia: revisão bibliográfica.

Autora: Cristina Sánchez Grandes

Tutora: Ana María García Martín

Salamanca, 2022



VNiVERSIDAD
DSALAMANCA

CAMPUS DE EXCELENCIA INTERNACIONAL

FACULTAD DE FILOLOGÍA
GRADO EN ESTUDIOS PORTUGUESES Y BRASILEÑOS
Trabajo de Fin de Grado

As relativas não padrão cortadora e copiadora
na Lusofonia: revisão bibliográfica.

Autora: Cristina Sánchez Grandes

Firma

Tutora: Ana María García Martín

VºBº

Firma

ÍNDICE:

1. Introdução	2
2. Orações subordinadas relativas: conceitos gerais.....	4
3. Componentes das orações relativas	6
3.1. O constituinte relativo.....	6
3.2. O pronome relativo	7
3.2.1. O pronome relativo <i>que</i>	8
4. Estratégias de relativização: visões gerativista, funcionalista e sociolinguística.....	9
4.1. Uma visão gerativista	9
4.1.1. Estudos pioneiros	11
4.2. Uma visão funcionalista.....	13
4.3. Uma visão sociolinguística	19
4.3.1. Europa	21
4.3.2. América.....	23
4.3.3. África.....	25
5. Conclusões.....	29
6. Bibliografia.....	31

1. Introdução

As línguas do mundo estão expostas a inevitáveis evoluções que resultam em novas formas ou estruturas, nos níveis fonológico, morfológico ou sintático. Estas formas ou estruturas constituem previamente opções linguísticas rejeitadas, mas, depois de incrementado o seu uso, acabam por ficar aceites na norma padrão. A língua portuguesa vê-se afetada no momento atual pela aparição de inovadoras formas de estruturar as orações subordinadas relativas que seguem uma formação do constituinte relativo [preposição + que], dando lugar a três grandes estratégias de relativização deste tipo concreto em português: por um lado, a estratégia padrão ou canónica que é a correspondida com a norma padrão da língua portuguesa, em qualquer das suas variedades nacionais, e a caracterizada pelo movimento do pronome relativo do seu lugar de origem para o começo da oração relativa deixando um vestígio não realizado fonologicamente (ex.: A casa em que morei foi vendida ontem); e por outro lado, as estratégias copiadora e cortadora, que não são correspondidas com a norma, já que existe uma visível variação da estrutura [preposição + que] em que a preposição deixa de ser realizada e o pronome relativo empregue sempre será *que* (ex.: A casa que morei nela foi vendida ontem; A casa que morei foi vendida ontem).

Com base nos estudos de Peres e Mória (1995) e Veloso (2013), descrever-se-ão aqui, em termos gerais, os processos que se seguem para a composição de este tipo de orações relativas em que se foca o presente trabalho e o funcionamento dos elementos que as formam. Apesar de as gramáticas portuguesas terem tendência a ser fortemente prescritivas, estes autores como muitos outros julgam importante incluir uma mínima consideração às orações relativas não canónicas, um facto que outorga uma importante visibilidade a uma linguagem descritiva.

O fenómeno da relativização tem despertado o interesse de numerosos investigadores, e não só em relação à língua portuguesa. Podemos encontrar estudiosos que seguem diferentes correntes de teorias linguísticas para explicar tanto a estratégia padrão como as estratégias que ainda não fazem parte da norma portuguesa (copiadora e cortadora). Aqui, os estudos sobre a variação linguística que se descrevem escolhem nomeadamente três perspetivas teóricas de descrição e análise linguística: gerativismo, funcionalismo e sociolinguística.

Seguindo a primeira teoria linguística, investigadores como Almeida e Salles (2021) e Espírito Santo (2020) querem compreender e explicam as três estratégias de relativização viajando até à estrutura interna das frases e observando os processos e movimentos que seguem os constituintes para relacionar a oração principal com a oração subordinada. O resultado disto tem muito a ver com a teoria da antinaturalidade proposta por Kenedy (2002 e 2007) e

fundamentada na ideia de que a estratégia padrão supõe um maior esforço cognitivo quando um dos mecanismos da evolução das línguas consiste na economia linguística, como tendência natural do ser humano à minimização da dificuldade. Com base na segunda teoria linguística destacar-se-ão os trabalhos realizados por Camacho (2012 e 2013), mais voltados para a leitura semântica e a pragmática das orações relativas, a mostrar assim um forte interesse pelas diferentes funções que estas realizam e a observar a importância das posições preposicionadas no caso das estratégias copiadora e cortadora. Adotando a terceira teoria linguística são considerados os trabalhos de teor sociolinguístico, fazendo uma agrupação dos países pertencentes à lusofonia por continentes para maior facilidade na análise de dados, devido às condições socio-históricas que os marcaram; estudos como o de Santos (2014) e o de Souza (2007) mostram como as estratégias de relativização se veem influenciadas por fatores externos à língua como a idade e o nível de escolaridade, no caso da primeira investigadora, e como a idade e o sexo no caso da segunda. Porém, no que respeita aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) existe uma realidade mais complexa, as lutas de libertação acabaram muito recentemente e o português tem de partilhar o espaço linguístico com as línguas africanas – que causam inevitavelmente influência nele –. Os estudos de Gonçalves (2013) e de Alexandre, Gonçalves e Hagemeyer (2011) observam a evidência da ocorrência dos três tipos de orações relativas em alguns dos países, como Angola e Moçambique, e o trabalho de Oliveira e Gomes (2021) investiga a ocorrência da estratégia cortadora com base no sexo e na escolaridade dos participantes moçambicanos.

Tomando como ponto de partida a classificação por aproximações teóricas acima feita, o objetivo da presente investigação será a obtenção de uma visão extensa do estado em que se encontra a descrição deste fenómeno de variação sintática no seio da Lusofonia, uma vez que ele ocorre no português europeu, americano e africano, especialmente da estratégia cortadora, aqui observada com relação às outras duas estratégias para a evidenciar. Os diferentes estudos selecionados permitiram-nos conhecer todo o percurso que atravessou a nomeada relativa cortadora até aos nossos dias, começando por ser a menos frequente das estratégias e seguindo por superar a estigmatização da estratégia copiadora, mas contando ainda com uma competência forte e esperável da estratégia normativa. Também, foi possível tirar certas hipóteses face ao futuro desta questão.

2. Orações subordinadas relativas: conceitos gerais

Peres e Mória (1995) dividem as orações subordinadas em três grupos: orações substantivas (ou completivas), orações adverbiais e orações adjetivas (relativas). Este último tipo de orações subordinadas é caracterizado pela adição de uma informação qualificativa no discurso sobre um (ou mais) referentes que recebem o nome de antecedentes, são as conhecidas como relativas (Peres e Mória, 1995: p. 269).

As orações subordinadas relativas poderiam ser consideradas, por assim dizer, a versão estendida de um adjetivo qualificativo, dado que de forma geral¹ cumprem a função semântica destes (daí o nome tradicional de orações adjetivas) ao adicionar propriedades e, ao mesmo tempo, estabelecer uns limites semânticos ao nome que se modifica (Velooso, 2013: p. 2061). No exemplo (1) trazido pela mesma autora, a oração subordinada relativa especifica e limita que se trata exclusivamente dos alunos “aos quais o professor entregou o exame” e não de outro tipo de alunos.

- (1) Alguns alunos do primeiro ano aos quais o professor entregou o exame ainda não saíram.

Ao consistir em uma estrutura subordinante, a oração relativa fará parte do sintagma nominal como qualquer outro modificador do nome. Esta oração subordinada será introduzida no sintagma nominal através de uma componente que contém um elemento pronominal que recebe o nome de pronome relativo, o qual pode ser uma única palavra (p. ex. *que*) ou uma locução relativa, ou o que é a mesma coisa, um conjunto de palavras mais complexo (p. ex. *aos quais*). Este elemento introdutório que carece de significado próprio serve para retomar na oração relativa o nome que está a modificar, o antecedente, o qual é colocado sempre imediatamente anterior a ele (*Ibidem*). De facto, segundo Duarte (2000), citado por Santos (2014, p. 11) não é possível a adesão de qualquer outro material lexical entre o antecedente e o constituinte relativo.

Este antecedente, expõem Peres e Mória (1995, p. 270), pode ser ora uma estrutura nominal (orações relativas de nome – (1)), ora uma estrutura frásica (orações relativas de frase – (2)), condição que não muda o significado, mas a composição sintática:

- (2) Os jovens interessam-se cada vez mais pelas questões ecológicas, o que constitui um facto muito positivo.

¹ Nem todas as orações subordinadas relativas têm esta capacidade.

Existem também as denominadas orações relativas de aposto de frase (3) em que o antecedente é um nome que, ao mesmo tempo, refere uma estrutura frásica precedente; e pelo contrário, encontram-se as classificadas como orações relativas de aposto de nome (4), em que o antecedente é um nome que, ao mesmo tempo, refere uma estrutura nominal precedente (Peres e Móia, 1995: p. 270-271):

- (3) Os jovens interessam-se cada vez mais pelas questões ecológicas, facto que é muito positivo.
- (4) O Paulo ofereceu à namorada um exemplar de *Uma abelha na chuva*, romance que muito aprecia.

No entanto, Veloso (2013, p. 2067) especifica que existem casos em que o antecedente referido pelo pronome relativo não aparece explícito fonologicamente na oração e pode ser representado na estrutura como [-], mas fica implícito a nível semântico, muitas vezes pelo traço semântico que levam consigo alguns pronomes relativos como *quem* [+humano]. A aparição ou a ausência do antecedente estabelece uma divisão dentro das orações relativas em orações relativas com antecedente explícito e orações relativas com antecedente implícito.

De igual maneira, a mesma autora diz ser possível fazer outra distinção dentro das orações relativas em base à “relação que estas estabelecem com o seu antecedente”, que “pode ter diferentes características prosódicas, sintáticas e semânticas”, muitas vezes marcadas “por vírgulas, travessões ou parênteses” (*Ibidem*). Destarte, as orações relativas restritivas (5) são aquelas em que a estrutura de relativização cria uma delimitação da informação proporcionada pelo antecedente, enquanto as orações relativas apositivas (6) simplesmente adicionam informação complementar à exposta pelo antecedente.

(5) Os gatos da minha vizinha que vêm cá a casa não gostam de bofe.

(6) Os gatos da minha vizinha, que vêm cá a casa, não gostam de bofe.

Cada tipo de orações relativas tem não só uma diferença semântica, mas também uma diferença na origem do antecedente, como mostra o facto de que em (5) o artigo que especifica o núcleo (*os*) não faz parte do antecedente, enquanto em (6) sim, é um grupo completo (Veloso, 2013: p. 2068).

3. Componentes das orações relativas

Anteriormente foi referido o elemento que introduz as orações relativas como pronome relativo simples ou complexo – em que, por exemplo e muito tipicamente, o pronome relativo é inserido num sintagma preposicional –. Este pronome faz parte de um constituinte relativo que desempenha uma função gramatical determinada na oração relativa. Como exemplifica Veloso (2013, p. 2071):

(7) O gato *a que* fizeste festinhas é meu. [Complemento Indireto]

(8) A proposta *por que* lutámos não foi aprovada. [Complemento Oblíquo]

3.1. O constituinte relativo

O constituinte relativo aparece sempre no início das orações relativas, embora o lugar de nascimento do conjunto não seja exatamente o início das subordinadas, como argumenta Veloso (2013, p. 2070). A estrutura que conforma este constituinte pode ser de várias classes – sintagma nominal, adverbial, preposicional ou orações infinitivas, de participío ou gerundivas –, e pode desenvolver uma série de funções gramaticais específicas, o que marcará o lugar que ocupa este constituinte na oração relativa. Por exemplo, a mesma autora recolhe que o constituinte relativo em (9) realiza a função de sujeito, pelo que favorece a sua localização no início da oração (como é o mais comum) e, em (10) funciona como elemento adverbial.

(9) Na minha loja abriu uma loja que vende vinhos importados.

(10) A loja onde comprei esta camisola estava em saldos.

Peres e Mória (1995, pp. 280-283) elaboram uma enumeração de funções que podem realizar os constituintes relativos dentro da oração relativa, acompanhada de exemplos:

a. Sujeito da oração relativa.

(11) O médico que operou a Ana formou-se em Coimbra.

b. Complemento direto (argumento não preposicionado) da oração relativa.

(12) O último filme que eu vi era do Fellini.

c. Complemento indireto (argumento preposicionado) da oração relativa.

- (13) O escritor a quem foi atribuído o primeiro prémio não compareceu à cerimónia.
- d. Complemento oblíquo argumental (argumento preposicionado) da oração relativa.
- (14) Os livros devem ser arrumados no sítio de onde foram tirados.
- e. Complemento circunstancial (não argumento) da oração relativa.
- (15) Não consigo lembrar-me da loja onde comprei esta caneta.
- f. Complemento de um predicado nominal da oração relativa.
- (16) Ando a ler um livro de que esqueci o nome.
- g. Complemento de um predicado adjetival da oração relativa.
- (17) A Ana só é capaz de se dedicar a assuntos pelos quais se sinta entusiasmada.
- h. Estrutura nominal que complementa um elemento partitivo.
- (18) Comprometi-me a ver até Domingo duzentos pontos, dos quais ainda só vi um terço.

Os constituintes relativos também podem realizar uma função gramatical completiva integrada numa oração relativa. Ainda que nas frases (11)-(18) a função do constituinte seja originada numa posição do interior da oração relativa, também é possível que a função nasça no interior de uma frase encaixada na oração relativa, o que recebe o nome de movimento relativo longo (Peres e Mória, 1995: p. 284).

Em outro tipo de exemplos também seleccionados pelos mesmos autores, como (19), o constituinte relativo (pronomes relativos *que*) move-se a uma estrutura frásica inserida na oração relativa que tem como predicador o verbo *ver*, de modo que o pronome relativo cumpre a função de complemento direto da frase completiva *que não viu* e não da oração relativa.

- (19) O único filme do Visconti que o Paulo pensa que não viu passa amanhã na Cinemateca. (*Ibidem*)

3.2. O pronome relativo

O pronome relativo realiza uma função dentro do constituinte relativo, como é possível identificar em (20), é um modificador do núcleo do dito constituinte, *capa*. Mas, quando este

realiza a função de sujeito ou de complemento direto, o constituinte relativo e o pronome relativo coincidem, e quando cumpre as restantes funções o constituinte relativo será complexo, normalmente um sintagma preposicional (Velooso, 2013: pp. 2070-2072).

(20) O livro a capa do qual está rasgada é meu.

São considerados pronomes relativos *que, quem, cujo, qual, quanto, onde, quando* e *como*, segundo Velooso (2013, p. 2076). A respeito dos dois últimos, *quando* e *como*, existe controvérsia entre autores, dado que na gramática tradicional não são considerados pronomes próprios das orações relativas. Quanto a *que* e *qual*, são completados com um artigo definido.

Por outro lado, alguns destes pronomes contam com um conteúdo semântico adicional, como *quem* [+humano], *onde* [+lugar], *quando* [+tempo] e *como* [+modo], facto que favorece uma retoma mais clara, sobretudo nos casos em que o antecedente é elidido.

Também, como Santos (2014) recolhe, é possível estabelecer uma distinção entre pronomes relativos variáveis e invariáveis. Pertencem ao primeiro grupo *o qual, a qual, os quais, as quais, cujo(s), cuja(s)* e *quanto(s), quanta(s)*, e ao segundo grupo *que, o que, quem, onde, como, quanto, quando*.

Quanto ao tipo de sintagmas que podem integrar, classificam-se da seguinte maneira: *quem, que, quanto, o qual* e *o que* equivalem a um sintagma nominal; *como, onde* e *quando* equivalem a sintagmas adverbiais; e *cujo* é um constituinte possessivo que funciona como especificador do sintagma nominal que se possui (Velooso, 2013: pp. 2077-2078).

3.2.1. O pronome relativo *que*

Tendo em conta a classificação em três tipos das orações subordinadas relativas realizada logo no início deste trabalho, Velooso (2013, p. 2081) afirma que é mais comum a aparição do pronome *que* em relativas de nome e, pelo contrário, no caso de relativas de frase é mais comum a aparição do pronome conjugado com o artigo, *o que*.

Assim, o pronome relativo *que* (em orações relativas de nome) resulta neutro em base à semântica, pelo qual pode adquirir traços [+humano] ou [-humano], [+ tempo], [+lugar] ou [+modo], por exemplo, segundo as orações sejam restritivas (21, 23, 25) ou apositivas (22, 24).

(21) Os meninos que têm natação podem sair mais cedo. [+humano]

(22) Aqueles chocolates, que eu comprei na Bélgica, eram excelentes. [-humano]

(23) O país em que eu vivi mais tempo foi o Japão. [+lugar]

(24) Esse dia, em que tudo aconteceu, foi memorável. [+tempo]

(25) É impressionante o carinho com que esta enfermeira trata os doentes. [+modo]

(Veloso, 2013: p. 82)

De igual modo, o caráter neutral faz com que tenha maior versatilidade do que outras formas relativas para assumir funções sintáticas. Por exemplo, nas orações relativas apositivas, *que* pode funcionar como sujeito ou complemento direto, seja como elemento único ou fazendo parte de um sintagma preposicional; nas orações relativas restritivas com antecedente expresso o pronome relativo *que* aparecerá integrado num sintagma preposicional desempenhando as funções “de complemento indireto, de complemento oblíquo, de modificador nominal possessivo ou de adjunto adverbial” (Veloso, 2013: p. 2083).

Ademais, “devido à sua subespecificação semântica, que geralmente não ocorre em orações com um antecedente implícito, pois faltam-lhe os traços semânticos que lhe permitiriam reconstruir o antecedente” (Veloso, 2013: p. 2084).

4. Estratégias de relativização: visões gerativista, funcionalista e sociolinguística.

4.1. Uma visão gerativista

Este tipo de orações relativas sobre o qual nos interrogávamos tem sido abordado desde diferentes perspetivas. Estudos como os de Peres e Mória (1995), Veloso (2013) e Santos (2014), muitas vezes com o apoio de investigações anteriores como as de Tarallo (1985) ou Brito (1995), entre outras, ajudaram-nos à explicação do fenómeno das relativas desde uma visão gerativista. Esta teoria, como lembram Almeida e Salles (2021, p. 488) no seu estudo, defende que as línguas são sistemas naturais que combinam um número finito de elementos para criar um número infinito de sentenças. Também, o sistema das línguas é próprio e exclusivo dos seres humanos, dado que nascem com a capacidade de apreender a língua. É um processo regido pela Gramática Universal (GU), o que é demonstrado por uma observação do desenvolvimento similar da língua da idade infantil à idade adulta em todas as sociedades do mundo.

Assim, Veloso (2013, pp. 2063-2065) explica a estrutura das orações subordinadas relativas como uma composição resultante da ligação da oração principal e a oração relativa realizada por meio de um pronome relativo. Trata-se de uma série de processos que, em global,

recebem o nome de relativização: em primeiro lugar, ambas as orações – principal, representada como [PR], e relativa, representada como [REL] – encontram-se independentes uma da outra e contam com a aparição do antecedente como exemplificado em (26a) e (26b), sendo em b que o pronome relativo especifica o sintagma nominal que se repete, mas não introduz um valor novo; depois, em (27a) observa-se como ocorre uma elipse em [REL] que provoca o desaparecimento do antecedente por ser idêntico ao nome que aparece em [PR] mas, ao desaparecer do seu lugar de origem deixa um resto que é denominado vestígio e que será apagado posteriormente na Forma Fonética², e em (27b) o pronome relativo adquire a sua função definitiva, recuperar o sintagma nominal elidido em [REL]; por último, faz-se uma união das duas estruturas, colocando [REL] no lugar em que [-] aparecia em [PR], (28).

(26a) Alguns alunos do primeiro ano [-] ainda não saíram. [PR]

(26b) O professor entregou o exame [a os quais alunos do primeiro ano]. [REL]

(27a) O professor entregou o exame [a os quais alunos do primeiro ano]. [REL]

(27b) [aos quais] o professor entregou o exame _. [REL]

(28) Alguns alunos do primeiro ano [aos quais o professor entregou o exame _] ainda não saíram.

(Veloso, 2013: pp. 2063-2065)

Já Peres e Mória (1995, pp. 273-274), ao tentar compreender a interação do constituinte relativo com o resto da oração relativa, o primeiro que observam é que este elemento adquire uma posição na subordinação, tanto semântica como sintaticamente, argumental ou não argumental. Deste modo, canonicamente pode-se observar um movimento do pronome relativo do seu lugar inicial na oração para o começo da oração relativa sucedendo o elemento que refere e deixando um resto ou elemento nulo sem realização fonológica na posição de origem.

² Segundo a Teoria dos Princípios e Parâmetros de Chomsky (1999), citada em Santos (2014, pp. 4-5), a língua é representada em níveis: a Estrutura Profunda (Estrutura-D) corresponde à representação exclusivamente sintática; a Forma Fonética (FF) representa as características fonéticas, a divisão em sílabas e a prosódia; a Forma Lógica (FL) representa as características semânticas (argumentação, funções semânticas...); a Estrutura Superficial (Estrutura-S) é um nível independente que se encontra entre o primeiro e o terceiro e que cumpre a missão de transmitir a informação a FF. Graças à FF e à FL os sistemas neuro-sensoriais e musculares são capazes de perceber e articular as mensagens.

Por sua parte, Espírito Santo (2020, pp. 151-152) lembra três tipos de estratégia de relativização na língua portuguesa. Por um lado, a estratégia padrão ou *pied-piping*³ (29) é caracterizada pelo arrastamento da preposição do lugar de origem na oração ao início da frase relativa junto com o DP (Sintagma Determinante) que antecede esta preposição, ideia antes expressa por Veloso (2013) e Peres e Mória (1995). Por outro lado, dentro da estratégia não padrão encontramos dois subtipos de relativização que usam para a introdução da frase relativa a partícula *que*: a cortadora (31), caracterizada pela ausência da preposição a nível fonético e léxico, isto é, a preposição não acompanha o movimento do pronome relativo quando este é deslocado para o início da oração relativa e também não fica no lugar de origem – nem a realização fonética nem o valor semântico que aportava –; e a copiadora (30), caracterizada pela manutenção da preposição no seu lugar de origem (segundo o uso normativo) e a inclusão de um elemento que retoma as informações de gênero e número do antecedente (pode ser um pronome pessoal, um demonstrativo, um advérbio de lugar, um quantificador, ou até um sintagma nominal completo seja idêntico ou sinónimo do antecedente). Esta última estratégia, segundo Veloso (2013, p. 2130), é mais ocorrente quando se trata de orações demasiado complexas estruturalmente, como quando dentro de uma subordinação há duas partes (orações) relativas unidas por coordenação. Aliás, ao mesmo tempo a ocorrência tem a ver não só com a dificuldade em geral das estruturas que conformam o conjunto completo, mas com uma excessiva complexidade do sintagma que dá origem ao constituinte relativo e a ligação deste.

(29) Esta é a rapariga **de quem** o Pedro gosta.

(30) Esta é a rapariga **que** o Pedro gosta dela.

(31) Esta é a rapariga **que** o Pedro gosta.

4.1.1. Estudos pioneiros

Almeida e Salles (2021) recorrem aos estudos prévios de Kenedy (2002) e Kato e Nunes (2009) para a investigação da estrutura das estratégias de relativização não padrão no português brasileiro:

³ Termo introduzido por John R. Ross para designar, de forma geral, o processo sintático pelo qual um elemento da oração arrasta o complemento junto com ele. Quando o pronome relativo é levado para o início da oração relativa, é levado o sintagma preposicional completo. Este movimento é a forma correta que recolhe a norma do português para a criação de orações relativas oblíquas.

- Kenedy (2002) toma o modelo de alçamento e a hipótese da consideração do elemento *que* como um complementizador.

Considerando que a relativa copiadora consta de uma estrutura com preposição (PP) que seria uma alternativa ao *pied-piping* sujeita à impossibilidade de separação da preposição e o determinante quando ocorre o movimento do pronome relativo (movimento-Q), isto é, a impossibilidade de aparição da preposição (P) em algum lugar que não seja precedendo o objeto correspondente (D) (*preposition stranding*), na relativa cortadora encontramos que a cópia do referente, o DP que ocupa o último lugar da estratégia PP copiadora (*ela*, no exemplo 32), desaparece e em consequência é eliminada também a preposição que o precedia, dado que a obrigatoriedade de união de P e D como núcleo implica a eliminação de P quando eliminado D⁴.

(32) A moça que eu falei com ela.

(33) A moça que eu falei.

- Kato e Nunes (2009) afirmam que encontram nas relativas não padrão que o elemento relativizado surge no deslocamento à esquerda dentro da oração relativa e é acompanhado ou não de um pronome ressumtivo na posição argumental que corresponde. No entanto, apesar de considerar as propostas de Kenedy (2002) e de Tarallo (1983) para identificar o elemento “que” como um complementizador, Kato e Nunes preferem definir este elemento para o português brasileiro (PB) como “um determinante relativo com traço *wh*-” (Almeida e Salles, 2021: p. 493) que se alça, tanto nas relativas padrão quanto nas relativas não padrão, com uma diferença da posição em que surge o movimento. Ex.:

(34) Aquela pessoa que comprou o livro → posição de sujeito

(35) O livro que aquela pessoa comprou → posição de OD

Também, estes dois autores expõem que não é possível prescindir de uma preposição em qualquer caso e ser substituída por um *pro*⁵ conjunto com o termo regido, e sim quando estas preposições atribuem caso inerente, isto é, quando o significado que

⁴ “A formação do núcleo complexo P+D é sintaticamente determinada como uma alternativa das línguas que não permitem o fenômeno de *preposition stranding*.” (Salles, 1997, 1999, como foi citado em Almeida e Salles, 2021)

⁵ Termo usado pela teoria gerativista para denominar um DP sem realização fonológica.

oferecia a preposição esteja marcado no léxico seja por preposição ou por morfologia flexional. Esta proposta causa uma discordância com a investigação de Almeida e Salles (2021) ante a aparição de casos diferentes aos tratados por estes autores, adquiridos de um *corpus* formado por exemplos de estruturas não padrão pronunciadas em eventos públicos parlamentares por autoridades e cidadãos participantes.

Restringindo a investigação às relativas de estratégia cortadora, Espírito Santo (2020) compila as teorias de Tarallo (1985), Klein (1993) e Brito (1995):

- Tarallo (1985) concebe a relativa cortadora como um processo em que a parte ressumtiva, isto é, o elemento que inicia a oração relativa e que recupera o referente da oração principal desaparece, o que é nomeado “objeto nulo”. Assim, a preposição é apagada depois.

- Klein (1993) rejeita a interpretação de Tarallo. Defende a existência de um PP vazio que dá lugar a um *pro* que funciona como objeto. “O NP nulo é selecionado pela preposição nula e depois cliticiza na preposição por razões fonológicas, criando um novo objeto nulo. Uma vez que a preposição também é nula, o resultado é um PP sem realização lexical.” (Espírito Santo, 2020: p. 154)

- Brito (1995) não admite como motivo de ocorrência das cortadoras a mudança das propriedades de seleção dos verbos porque ao igual que os falantes são capazes de pronunciar a relativa cortadora são capazes de respeitar as condições exigidas na seleção dos verbos em frases de diferente tipo. Isto permite a Brito identificar o elemento introdutório das relativas cortadoras como um “marcador geral de subordinação”, que é mais semelhante ao complementizador do que ao pronome relativo. Deste modo, o espaço vazio que fica na oração relativa é interpretado pela investigadora como um operador relativo nulo que aparece junto com o complementizador e que tem uma relação correferencial com o antecedente.

4.2. Uma visão funcionalista

Também, de outra perspetiva teórica, o funcionalismo, trataremos de explicar na presente epígrafe uma análise das diferentes estratégias de relativização e o uso delas tomando como base os estudos realizados por Camacho em 2012 e 2013.

Por um lado, Camacho (2012) baseia-se em Comrie (1989) para desenvolver um estudo sobre a transparência e a opacidade que oferecem as diferentes estratégias de relativização: a relação entre o grau de dificuldade para relativizar uma posição e a necessidade correlativa de fornecer mais informação sobre a posição relativizada serve para facilitar a retoma dessa informação.

Este autor, sob um fundamento funcional, propõe a hipótese de que se uma língua possuísse uma estratégia mais explícita e uma menos explícita, a primeira serviria para relativizar as posições mais baixas da “Hierarquia de Acessibilidade”⁶ (HA) e a segunda para relativizar as posições mais altas da HA.

Para atingir o objetivo do artigo de Camacho redigido em 2012 – deduzir se o emprego das estratégias de relativização é motivado por um grau maior ou menor de transparência entre a forma e a função, e a importância que tem o grau de transparência no processamento cognitivo –, este autor recorre à seguinte ideia de Kenedy (2007): o intenso e custoso processamento cognitivo das estruturas *pied-piping* explica o escasso aparecimento delas no registo informal, dado que resulta uma construção antinatural aprendida através do contato com a língua escrita formal e não por um processo de aprendizagem natural do desenvolvimento linguístico.

Contrariamente, Camacho (2012) quer oferecer a hipótese alternativa de caráter funcionalista à tensão entre transparência e opacidade da forma e do conteúdo. O autor afirma que as propriedades que se opõem dirigem-se a pontos opostos, porém, a disposição da morfossintaxe aos interesses da pragmática e da semântica não significa unicamente uma projeção biunívoca entre “as categorias dos níveis envolvidos com a codificação e as categorias dos níveis envolvidos com a formulação” (p. 71), já que inclusive as línguas nem sempre coincidem na codificação dos traços pragmáticos e semânticos. Assim, a transparência é dada com o alinhamento entre os níveis pragmático e semântico, e estes dois com o nível morfossintático e o fonológico, mas, pelo contrário, a opacidade aparece quando é violada a transparência, tornando menos clara a relação entre a forma e o conteúdo.

Tomando o exemplo (36), pode-se observar que tem um alinhamento pragmático, dado que a posição inicial é reservada às funções pragmáticas de tópico (o falante seleciona a forma

⁶ “Hierarquia de Acessibilidade” de Keenan e Comrie (1977). Essa hierarquia foi originalmente proposta para apreender a distribuição tipológica das possibilidades sintáticas de relativização. Da esquerda para a direita da HA, a relativização se torna mais restrita e mais rara tipologicamente: SUJEITO > OBJETO DIRETO > OBJETO INDIRETO > OBLÍQUO > GENITIVO > OBJETO DE COMPARAÇÃO.

em que a informação nova se relaciona com a conhecida graças ao contexto), foco (o falante usa a informação nova para preencher lacunas ou corrigir informação já conhecida), e contraste (o falante compara e destaca as diferenças de diversas informações novas ou de uma nova com a conhecida).

(36) A reunião sobre a qual conversamos fica adiada até o próximo mês.

Então, pode-se afirmar que o uso da estratégia padrão leva consigo demasiado esforço cognitivo com a colocação O/OB/OI-S-V, enquanto a estratégia copiadora é igualmente clara (transparente) e não supõe um esforço tão grande, já que os elementos adquirem a posição canónica do português S-V-O/OB/OI (Camacho 2012: pp. 75-78).

Mas, segundo Camacho (2012, pp. 77-78), constata-se em diacronia que a estratégia cortadora aumentou a sua importância perante a copiadora, dado que se tornou mais frequente o uso da primeira e a segunda adquiriu um carácter estigmatizado por causa da retenção pronominal que resultou na decadência do seu emprego a partir do século XIX. Estudos recentes afirmam que a duplicação de forma (duas formas com a mesma função muito próximas entre elas) infringe o princípio de transparência. Ao contrário da sofisticação da estratégia copiadora, a cortadora apresenta uma quase-opacidade entre forma e conteúdo, algo que não será relevante perante o princípio de economia de que presume esta estratégia, um princípio que supõe um mínimo esforço cognitivo. A economia paradigmática provoca diferentes possíveis interpretações das frases, mas também uma redução do material que pode ser omitido sem perda do significado (é fornecido pelo contexto), como acontece também com a economia sintagmática. De facto, o português admite a ausência de manifestação fonológica sempre que seja suficiente a informação oferecida pelo contexto.

Finalmente, com este estudo realizado em 2012, Camacho consegue estabelecer uma ordem em que são usadas as diferentes estratégias de relativização, baseada na transparência e opacidade que apresenta cada uma: estratégia copiadora > estratégia padrão > estratégia cortadora.

Por outro lado, no português falado, diz Camacho (2013, p. 180) que a escolha de uma estrutura relativa na oração implica três aspetos: selecionar um conector; o emprego de preposições quando requeridas; e a marcação semântica adicional.

Por uma parte, a escolha de um conector determinado depende do tipo de estratégia utilizada, dado que alguns relativos podem oferecer ao mesmo tempo uma função específica enquanto

conjunções mais simples acompanhadas ou não de sintagmas preposicionais colocados após o núcleo não levam incorporada a especificidade funcional. Por outra parte, as preposições vão aparecer em funções sintáticas de dativo e de oblíquo, e vão marcar tanto a função sintática como a semântica. Podem ser apagadas com a introdução de um complementizador e copiadas pela inserção do sintagma preposicional colocado após o predicado (Camacho, 2013: p. 180).

À diferença da abordagem gerativista, Camacho (2013) afirma que o funcionalismo percebe a língua não só como uma consecução de construções morfossintáticas, mas como um discurso, com a importância colocada sobre a pragmática e a semântica, ou sobre os níveis Interpessoal e Representacional segundo Hengeveld e Mackenzie (2008) na Gramática Discursivo-Funcional (GDF):

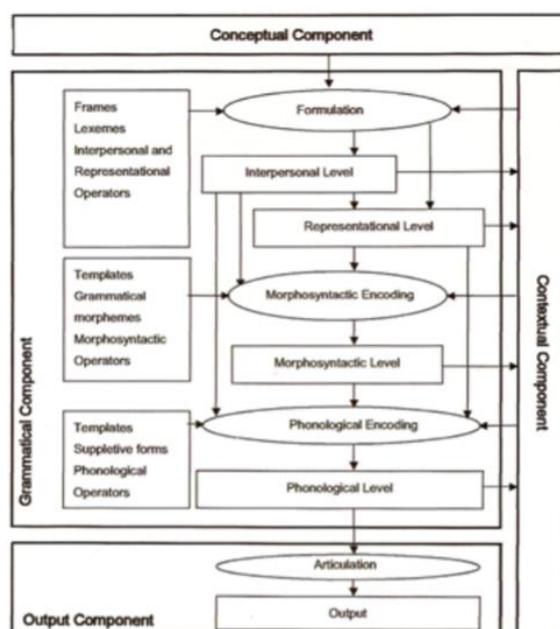


Figura 1: “Esquema Geral da GDF” em Camacho (2013), citando Hengeveld e Mackenzie (2008)

A língua, segundo a Gramática Discursivo-Funcional (GDF), é um processo descendente: em primeiro lugar é concebida uma intenção comunicativa (Componente Conceitual)⁷, depois a intenção é formulada em unidades pragmáticas

⁷ “O Componente Conceitual é a força motriz do Componente Gramatical como um todo, uma vez que é responsável pelo desenvolvimento tanto da intenção comunicativa relevante para o evento de fala corrente, quanto das conceitualizações associadas a eventos extralinguísticos relevantes. O Componente de Saída gera as expressões acústicas ou escritas com base na informação fornecida pelo Componente Gramatical. O

e semânticas e seguidamente codificadas em unidades morfossintáticas e estas em fonológicas (Componente Gramatical). Finalmente, a mensagem é reproduzida (Componente de Saída), tudo isto em correspondência com o modo de processamento linguístico *top-down* que possuem os indivíduos.

Em *Figura 1*, as elipses referem os processos de Formulação e a Codificação e os retângulos os diferentes níveis de estruturação. Os quadrados da esquerda contêm os diferentes blocos (primitivos) que intervêm em cada nível de estruturação.

No processo de formulação, os primitivos dos Níveis Interpessoal e Representacional são os responsáveis por atribuir informação pragmática (evocação) e semântica (designação) respetivamente.

Na *Tabela 1* realizada por Camacho (2013) observa-se que, de forma geral, as posições que sofrem mais a relativização são a de sujeito, objeto direto e oblíquo sucessivamente. No entanto, a posição de oblíquo recebe grande importância, como podemos ver no estudo, porque os dados mostram que nesta posição ocorrem também as estratégias cortadora (31,5%) e copiadora (2,5%), ainda que em menor medida do que a destacada padrão (66%). Por último, as posições de objeto indireto e genitivo têm uma evidência mínima.

	Copiadora		Padrão		Cortadora		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Sujeito	–	–	544	100	–	–	544	59,4
Objeto direto	–	–	213	100	–	–	213	23,2
Oblíquo	4	2,5	103	66	49	31,5	156	17
Objeto indireto	–	–	1	100	–	–	1	0,1
Genitivo	–	–	2	100	–	–	2	0,2
Total	4	0,4	863	94,2	49	5,4	916	

Tabela 1 "Aplicação da HA às estratégias de relativização" em Camacho (2013)

Em resumo, conclui Camacho (2013) que,

“a incidência majoritária da forma padrão sobre as posições de SU e OD indica uma tendência, ainda embrionária, para uma provável distribuição funcional das estratégias nas variedades lusófonas, paralelamente ao que se detetou acima sobre o uso de cortadoras e copiadoras com sintagmas adposicionais: o uso da estratégia de pronome relativo serve para

Componente Contextual contém a descrição da forma e do conteúdo do discurso precedente, do contexto real do evento de fala e das relações sociais entre os participantes.” (Camacho, 2013)

selecionar as posições de SU e OD, enquanto o da cortadora e da copiadora serve para selecionar a posição de OBL.” (p. 194).

As estratégias cortadora e copiadora incidem maioritariamente sobre posições preposicionadas, é por isso necessário discutir se o estatuto lexical ou gramatical das preposições influi no emprego destas estratégias (Camacho, 2013: p. 197).

Desde uma perspectiva funcionalista, Camacho tenta explicar o movimento nas relativas defendido pela perspectiva gerativista, para o qual recorre a um estudo das preposições e à natureza categorial destas. Assim, é possível estabelecer uma diferença: por um lado, preposições gramaticais quando simplesmente se ocupam de uma função relacional e, por outro lado, preposições lexicais quando para além de marcar a construção sintática exigem complementação (“predicados monovalentes” (Camacho, 2013: p. 200)).

Este investigador quer conhecer a relação da natureza categorial das preposições com a distribuição das estratégias cortadora e copiadora, e tendo como referência a última tabela exposta (*Tabela 1*), é conveniente destacar que os exemplos que fornecem a percentagem de uso das estratégias não canónicas em posição de objeto indireto e de oblíquo consistem em orações constituídas por sintagmas preposicionais regidos por *em*, *de*, *a* e *com*, de entre as quais a primeira preposição é a mais frequente. *Por* não apresenta exemplos na amostra, mas é possível a ocorrência até mesmo na estratégia cortadora (A estrada [que você passou ontem] leva ao litoral). No entanto, preposições como *contra* e *sobre* restringem o significado da frase com a estratégia cortadora (O armário [que João deixa o trabalho inacabado Ø] não tem mais espaço) e não fazem possível o seu uso, a ambiguidade é demasiado ampla⁸.

Afirma Camacho (2013), com base na teoria de Kenedy (2007), que as línguas românicas oferecem a possibilidade de amalgamar ou não certas preposições a certos determinantes (núcleo composto), o que faz impossível o apagamento "dos traços do DP" (Camacho, 2013: p. 203) mas não dos traços da preposição. Isto explica a restrição da natureza gramatical das preposições, pois "o fato de as relativas cortadoras se restringirem ao contexto de preposições gramaticais resulta dessa possibilidade de incorporação delas e depois de apagamento" (*Ibidem*). Do ponto de vista funcionalista há uma certa coincidência com esta hipótese, dado que uma preposição com valor semântico será colocada no esquema da GDF

⁸ A não ser que encontremos um exemplo como o que mostra Camacho encontrado na Guiné-Bissau (o povo perdeu esperança no Estado, perdeu confiança do Estado porque trabalha um ano, dois, fica sem receber, e isso são problemas sérios [que... o governo deve...debruçar-se.]), em que o verbo aporta o valor semântico que a preposição (gramatical) não aporta.

no Nível Representacional, enquanto uma preposição com valor gramatical será colocada no Nível Morfossintático, onde é possível a não amálgama.

4.3. Uma visão sociolinguística

As formas linguísticas (variantes) das línguas veem-se diversificadas por fatores de caráter linguístico como a fonética, a fonologia, a morfossintaxe, a semântica e a pragmática (variáveis dependentes) e, ao mesmo tempo, estas também podem ser modificadas por fatores extralinguísticos como o contexto social, a situação comunicativa ou características inerentes às pessoas como são a etnia e o género (variáveis independentes), fornecendo estes fatores uma visão negativa ou positiva sobre as variantes (Santos, 2014: pp. 8-9).

A sociolinguística, uma disciplina que aborda a língua em relação com fatores sociais, pretende observar e analisar a influência que estes fatores como a idade, o sexo, a raça, a educação, o registo, etc., exercem sobre as línguas, muitas vezes condicionando os utilizadores no uso delas.

Apesar das mudanças que podem ocorrer nas línguas, estas sempre vão estar impulsionadas a uma fixação de “padrões estruturais e estilísticos” (Santos, 2014: p. 9). De facto, Mollica e Braga (2003), citados por Santos (2014), afirmam que “as variáveis linguísticas e não linguísticas não agem de forma isolada, mas operam num conjunto complexo de correlações que podem inibir ou favorecer o emprego de determinadas formas que são equivalentes semanticamente” (p. 9).

Em português, são diversos e variados os estudos realizados por numerosos investigadores que têm como objetivo explicar o emprego das diferentes estratégias de relativização sob a perspetiva sociolinguística.

Um dos fatores que produz uma maior quantidade de condicionamentos dentro da própria língua portuguesa é o registo, por um lado oral ou escrito, e por outro lado formal ou informal. Ambos os dois tipos de registos constituem na lusofonia uma condição fundamental para a escolha de uma forma de construção normativa ou não normativa das orações relativas (estratégia padrão, cortadora ou copiadora). É evidente que este fator interfere de maneira menos significativa na variedade europeia do português, o que quer dizer, porque não existe uma distância muito grande entre o português europeu (PE) falado e escrito, seja no âmbito formal ou informal, no entanto, não acontece o mesmo nas variedades americana e africana do português. O português brasileiro apresenta uma discrepância relevante entre o registo formal e informal, normalmente associado o primeiro

à escrita e o segundo à oralidade, manifestando-se essa diferença, por exemplo, em questões de fonética (p. ex. supressão de /d/ na sequência -ndo) ou de morfossintaxe (p. ex. não concordância verbal e nominal) entre outros. A gramática tradicional – que é muito conservadora – tem muito peso sobre a forma escrita da língua portuguesa no Brasil, de modo que é possível considerar que os alunos são ensinados com “uma nova língua” (Souza, 2007: p. 106) devido à grande diferença a respeito da língua falada, uma distinção que provoca uma ideia equivocada do português ao considerá-lo uma língua “difícil” (Souza, 2007: p. 106). O português africano (PA) mostra uma clara influência das línguas autóctones sobre a portuguesa, causando também uma considerável discrepância entre registos, com a aparição de desvios mais característicos da língua falada.

Voltando de novo para o fenómeno das estratégias de relativização, parte-se da *Tabela 2* realizada por Camacho (2013), em que diferencia por países a ocorrência das diferentes estratégias de relativização. Observa-se de forma geral que a estratégia padrão é a estrutura que recebe uma percentagem maior de uso e a mais estendida por toda a lusofonia, enquanto a copiadora é pouco notável e, ainda que a cortadora seja mais produtiva do que a copiadora, ambas as duas contam com uma diferença significativa a respeito da construção normativa.

	Copiadora		Padrão		Cortadora		Total	
	n	%	n	%	N	%	n	%
Moçambique	1	2,1	43	89,6	4	8,3	48	5,2
S.Tomé e Príncipe	2	4,2	45	93,8	1	2,1	48	5,2
Portugal	0	0	360	96,3	14	3,7	374	40,8
Angola	1	0,7	130	95,6	5	3,7	136	14,8
Brasil	–	–	184	88	25	12	209	22,8
Cabo Verde	–	–	49	100	–	–	49	5,3
Guiné Bissau	–	–	40	100	–	–	40	4,4
Timor Leste	–	–	12	100	–	–	12	1,3
	4	0,5	863	94,2	49	5,3	916	

Tabela 2. “Estratégias de relativização nas variedades lusófonas” em Camacho (2013)

Assim, considera-se adequado estabelecer uma divisão do mundo lusófono por continentes: Europa, América e África. Identificam-se o continente europeu e o continente americano, como é óbvio, com Portugal e o Brasil respetivamente, mas os países do continente africano – Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau – tomar-se-ão como conjunto para maior facilidade da descrição, ainda que em ocasiões sejam feitas algumas distinções por países. Para além disso, não será considerada a variedade asiática do português no presente trabalho, devido à escassa incidência do fenómeno, como apresenta Camacho (2013) no seu estudo.

4.3.1. Europa

Para dar a conhecer a situação em que se encontra o fenómeno das relativas em Portugal, traz-se aqui a investigação de Santos (2014).

Com base em um *corpus* composto por informação recolhida para o projeto PSFB (Perfil Sociolinguístico da Fala Bracarense), Santos (2014) realiza uma série de entrevistas – posteriormente transcritas – a mulheres, estabelecendo uma divisão a partir de dois parâmetros sociolinguísticos para a análise do fenómeno das relativas na variedade europeia do português: idade, em quatro faixas etárias (1, 2, 3, 4): 15-25 anos, 26-59 anos, 60-75 anos e +75 anos respetivamente; e escolaridade, em quatro níveis (A, B, C, D): analfabetos ou até à terceira classe, até ao 9º ano ou equivalente, até ao 12º ano ou equivalente e ensino superior respetivamente.

Dentro de cada parâmetro foram escolhidos dois indivíduos como amostra de cada faixa etária ou nível de escolaridade e, para resultados mais significativos, também foram cruzados entre eles (idade e escolaridade) obtendo uma multiplicação dos sujeitos em cada grupo, à exceção de alguns devido à ausência de pessoas suficientes com os requisitos necessários para níveis como 1A e 2A (para a faixa etária 1 não se encontraram falantes com um nível de escolaridade A e na seguinte faixa etária é encontrado um único falante com um nível de escolaridade A).

Assim, Santos (2014) marca de forma básica uma diferença entre uso de estruturas com preposição e sem preposição, em correspondência à forma padrão (*pied-piping*) e à forma não padrão (cortadora) respetivamente. A investigadora elabora duas tabelas. Na primeira tabela encontram-se os dados correspondentes ao parâmetro do nível de escolaridade. Pode-se observar como nos níveis A e B, de menor grau de escolarização, a ausência da preposição é notavelmente maior do que nos níveis C e D, de maior grau de escolarização, apesar de ser ainda superior a percentagem de ausência sobre a de presença da preposição nestes dois últimos níveis. Estes dados confirmam a hipótese de Kenedy sobre a antinaturalidade de *pied-piping* mostrando, efetivamente, que esta construção é incorporada por meio de aprendizagem.

Esc	A	%	B	%	C	%	D	%
Ausência de Prep	26	92,86	47	92,16	27	56,25	34	56,67
Presença de Prep	2	7,14	4	7,84	21	43,75	26	43,33
Total	28	100	51	100	48	100	60	100

Tabela 3 “Análise comparativa do número de ocorrências da estratégia cortadora nos diferentes níveis de escolaridade” em Santos (2014)

Na Tabela 4 encontram-se os dados correspondentes ao parâmetro da faixa etária. Ainda que ligeiramente, na faixa etária 1 (de 15 a 25 anos) é maior a percentagem destinada à presença da preposição; nas faixas etárias 2 e 3 (de 26 a 59 anos e de 60 a 75 anos respetivamente) é notoriamente mais ocorrente a ausência da preposição; e finalmente, a faixa etária 4 (+75 anos) mostra, em relação com a faixa etária 3, um descenso na percentagem que representa a ausência da preposição, mas continua a haver uma grande distância com o número de vezes de realização de orações relativas preposicionadas, que é mínimo. Estes resultados permitem observar e concluir que, de novo, a proposta da antinaturalidade é acertada, dado que, por um lado, na faixa etária 1 os entrevistados encontram-se entre as idades dos 15 aos 25 anos, ou seja, estudam ou finalizaram recentemente os ciclos de escolaridade obrigatórios, por isso terão uma maior proximidade com a variedade normativa da língua. Também, outro facto que poderia explicar esta classificação consiste na ideia de que os falantes se adequam mais ao emprego normativo da língua quando desenvolvem atividades que o requerem. Por outro lado, nas faixas etárias 2 e 3 os entrevistados compreendem umas idades entre 26 e 75 anos, que correspondem a um período da vida mais ativo quanto a interação social.

Faixa etária	1	%	2	%	3	%	4	%
Ausência de Prep	28	48,28	47	74,60	35	92,11	24	85,71
Presença de Prep	30	51,72	16	25,40	3	7,89	4	14,29
Total	58	100	63	100	38	100	28	100

Tabela 4 “Análise comparativa do número de ocorrências da estratégia cortadora nas diferentes faixas etárias” em Santos (2014)

Tomando de novo como base a teoria da antinaturalidade de *pied-piping*, pode-se dizer que o aumento da instrução dos falantes entre 15 e 25 anos do nível B ao nível C é totalmente justificada porque quanto mais escolarizado é um falante a aproximação à norma é também maior. No entanto, os falantes com o nível de instrução máximo proposto, D, apresentam

mais ocorrência na elaboração de orações relativas sem preposição (54,55%), o que contraria o esperado. Pelo contrário, na faixa etária 2 o nível de escolaridade cresce em consonância com a presença da preposição na relativização: os níveis de escolaridade A e B contam com uma ausência da preposição de 100%, o nível C com ausência de 75% e o nível D com ausência de apenas 40%, sendo superior o número de exemplos com uso da preposição. De igual modo acontece com a faixa etária 3, embora com uma diferença menos pronunciada, dado que os níveis A e B se conservam iguais, mas o nível C conta com uma ocorrência de orações relativas não preposicionadas de 87,50% e o nível D é-lhe muito próximo com uma percentagem de 77,78%. Para concluir, o caso da faixa etária 4 também não aporta os resultados esperados. Curiosamente, os níveis A e D apresentam exatamente a mesma percentagem em favor da ausência da preposição, de 77,78%.

Finalmente, todos os dados obtidos permitem a Santos (2014) afirmar que as orações relativas com estratégia cortadora são, de forma geral, ainda mais ocorrentes do que as normativas (*pied-piping*), e isto tem muito a ver com o parâmetro sociolinguístico da escolarização dos falantes, dado que se verifica a influência dele para um menor ou maior uso de *pied-piping*.

4.3.2. América

Para dar a conhecer a situação em que se encontra o fenómeno das relativas no Brasil, traz-se aqui a investigação de Souza (2007). Esta autora analisa na sua investigação os dados recolhidos no inquérito para o estabelecimento do NURC (Norma Urbana Culta) tomados na cidade brasileira de Porto Alegre na década de 70 por meio de gravações (modalidade falada) em que falantes nativos brasileiros nascidos nesta cidade eram entrevistados. De todos os exemplos existentes, serão escolhidas oito testemunhas (quatro de cada género: feminino e masculino) de 3 faixas etárias diferentes: de 25 a 35 anos, de 36 a 55 anos, e +55 anos.

Informantes masculinos:

Primeiramente, os informantes masculinos correspondentes à primeira faixa etária (25-35 anos) pronunciaram globalmente 59 orações relativas, das quais 24 foram orações relativas padrão, que correspondem a uma percentagem de 40,68% do total; 34 orações relativas não padrão com estratégia cortadora, que representam 57,63% do total; e 1 oração relativa não padrão com estratégia copiadora, apenas 1,69% do total.

Depois, os informantes da segunda faixa etária (36-55 anos) pronunciaram 46 orações relativas, das quais foram 17 orações relativas padrão, que correspondem a uma percentagem

de 36,96% do total; 29 orações relativas não padrão com estratégia cortadora, que representam 63,04% do total; e 0 orações relativas não padrão com estratégia copiadora.

Finalmente, os informantes da terceira faixa etária (+55 anos) pronunciaram também 46 orações relativas, das quais foram 20 orações relativas padrão, que correspondem a uma percentagem de 43,48% do total; 25 orações relativas não padrão com estratégia cortadora, que representam 54,35% do total; e 1 oração relativa não padrão com estratégia copiadora, apenas 2,17% do total.

Informantes femininos:

Os informantes femininos correspondentes à primeira faixa etária (25-35 anos) realizaram integralmente 52 orações relativas, das quais foram 18 orações relativas padrão, que correspondem a uma percentagem de 34,61% do total; 32 orações relativas não padrão com estratégia cortadora, que representam 61,54% do total; e 2 orações relativas não padrão com estratégia copiadora, apenas 3,85% do total.

Os informantes femininos correspondentes à segunda faixa etária (36-55 anos) realizaram integralmente 46 orações relativas, das quais foram 6 orações relativas padrão, que correspondem a uma percentagem de 13,04% do total; 39 orações relativas não padrão com estratégia cortadora, que representam 84,78% do total; e 1 oração relativa não padrão com estratégia copiadora, apenas 2,17% do total.

Os informantes femininos correspondentes à terceira faixa etária (+55 anos) realizaram integralmente 51 orações relativas, das quais foram 7 orações relativas padrão, que correspondem a uma percentagem de 13,73% do total; 42 orações relativas não padrão com estratégia cortadora, que representam 82,35% do total; e 2 orações relativas não padrão com estratégia copiadora, apenas 3,92% do total.

Souza conclui sobre a questão de género que na fala das mulheres é mais ocorrente o uso da estratégia cortadora do que na fala dos homens, resultado que acentua a teoria da sociolinguística que defende as mulheres assumirem antes do que os homens as inovações linguísticas. E quanto à questão de idade, independentemente do género, a relativa cortadora é mais usada na segunda faixa etária (35-55 anos).

Também, afirma a autora:

“O fato de todos os informantes analisados possuírem curso superior completo não permite hipotetizar que a preferência pela estratégia Cortadora se deve à falta de escolaridade, muito menos ao excesso dela, visto que a escola, como se sabe, segue a gramática normativa cujas regras exigem a presença de preposição antecedente ao pronome relativo sempre que assim for necessário.” (Souza 2007: p. 92)

Para finalizar, todos estes dados permitem deduzir, recuperando aquela ideia da naturalidade das línguas e do desenvolvimento linguístico próprio em cada indivíduo, que a estrutura defendida pela norma do português (com preposição) é uma construção gramatical apreendida, e a estrutura não normativa (sem preposição) é uma construção gramatical realizada partindo do plano conceitual.

Para refletir sobre isto, Souza (2007) recupera as ideias de Mollica (1995), Ladeira (1977) e Saraiva (1984). Estes linguistas concordam na aceitabilidade da estratégia cortadora sempre que a comunicação seja efetiva, quer dizer, se a omissão da preposição não produzir perda semântica. Porém, os casos reais de comunicação apresentam que o descrito pelos autores não causa um problema, dada a alta percentagem de intercompreensão. E ao mesmo tempo, as línguas têm uma tendência natural para economia, é por isso que a construção normativa não cumpre com esta poupança linguística, antes pelo contrário.

4.3.3. África

A situação dos PALOP resulta, a nível sociolinguístico, notavelmente diferente das variedades europeia e americana do português. A história tão recente e tão conflituosa e complexa da língua portuguesa nestes países devido à ocupação europeia fez com que os estudos sobre os desvios da norma, como é o fenómeno das orações relativas e o uso das estratégias não canónicas cortadora e copiadora, abundem para o português europeu e o brasileiro, mas sejam escassos na variedade africana.

Em primeiro lugar recuperaremos o trabalho realizado por Gonçalves (2013) sobre o português africano, em concreto as variedades de Angola e Moçambique. Historicamente, apesar de os portugueses terem chegado na segunda metade do século XV aos territórios africanos que antigamente foram colonizados por Portugal, nomeadamente Cabo Verde,

Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, a colonização não começou até ao século XIX, e isto explica o baixo emprego da língua portuguesa – usada como L2 – no momento da independência das colónias em 1975. Mas, por um lado, a existência de crioulos em alguns destes países (Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe) provocou uma diminuição no uso do português como língua de comunicação em relação ao crioulo e, por outro lado, o convívio com línguas bantas e a ausência de uma língua comum em algumas zonas (Angola e Moçambique) provocou uma percentagem maior no emprego do português na comunicação oral.

Estes países africanos contam atualmente com uma situação sociolinguística na qual a língua portuguesa desenvolve um papel de língua oficial, o que quer dizer que é empregada na administração pública, no ensino formal, nos meios de comunicação e também é preferentemente usada pela maioria dos escritores. Estes cinco países africanos são de carácter multilingue, é por isso que o português funciona como uma língua veicular, dado que permite garantir a unidade nacional, e a comunicação internacional e a transmissão de conhecimento científico da forma mais eficaz possível (Gonçalves, 2013: pp. 157-158).

Países como Angola e Moçambique tinham uma localização periférica no que diz respeito ao conjunto de possessões portuguesas. Eram territórios usados principalmente para o fornecimento de escravos para o Brasil que, junto com a Índia, foi a região portuguesa exterior com melhor situação económica nestes primeiros séculos. Tudo isto se traduz num controlo político-militar e uma colonização atrasados, dado que a efetividade destes processos não atingiu as colónias de Angola e Moçambique até meados do século XX com o traslado de colonos durante várias décadas e a criação de políticas educativas em 1930 que seguiram um modelo francês que determinava a língua colonizadora como única língua de contato no ensino e meio de assimilação cultural. Assim, teoricamente as línguas bantas ficaram restritas ao âmbito religioso e o português nos restantes, embora no começo o número de escolas que implantavam o português fosse reduzido e em consequência fosse ainda pouco conhecido no momento da independência (Gonçalves, 2013: pp. 158-160).

Desta maneira, a independência das colónias proporcionou, paradoxalmente, um aumento importante na difusão e valorização da língua portuguesa devido ao facto de ser-lhe atribuído um dado prestígio e ascensão social. Hoje, a expansão do português aumenta não só nas escolas, mas no uso diário das pessoas até na fala mais relaxada. A língua lusa começa a ser empregue como única língua de transmissão entre as gerações mais novas dos centros urbanos, mesmo que não seja a sua L1 (Gonçalves, 2013: p. 160).

Quanto ao fenómeno das orações relativas que vimos descrevendo, esta autora verifica a existência de exemplos em português moçambicano e angolano de orações relativas cortadoras (37, 38) e copiadoras (39, 40), por exemplo:

(37) na barca que ela comprou o tomate estava mais barato (Moçambique)

(38) é uma profissão que se fala da beleza (Angola)

(39) usei o apagador que apagamos o quadro com ele (Moçambique)

(40) Padre Horácio que tem um centro que as crianças podem viver lá (Angola)

(Gonçalves, 2013: p. 173)

Porém, Alexandre, Gonçalves e Hagemeyer (2011) recuperam e rebatem a classificação que realiza Gonçalves (2013) dos PALOP em dois grupos: por um lado, Moçambique e Angola como países que convivem com línguas bantas e, por outro lado, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau como países que convivem com línguas crioulas, aliás, trata-se de uma agrupação de países que apresenta um grande número de diferenças e circunstâncias sociolinguísticas, algo que faz com que os autores não concordem inicialmente com uma classificação tão generalizadora, apesar de concluir por perceber que as mudanças dadas no PA permitem esta ampla agrupação.

Alexandre, Gonçalves e Hagemeyer (2011) baseiam o seu estudo em dados tirados do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, especificamente do *corpus* África, um *subcorpus* do *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo (CRPC) e o *corpus* VAPOR (Variedades Africanas do Português), para observar o comportamento das estratégias de relativização no registo oral de Cabo Verde (POCV) e de São Tomé e Príncipe (POST). Seguindo a teoria gerativista, encontram na variedade africana do português os mesmos mecanismos para a formação das orações relativas do que na variedade europeia, o movimento do elemento relativizado deixando na posição de origem um vestígio não manifesto foneticamente.

A estratégia cortadora, segundo estes autores, é a mais ocorrente entre as estratégias não canónicas e, embora estigmatizada na escrita, muito usada e até aceite no âmbito oral em PE. No movimento do elemento relativizado, o apagamento das preposições *de* e *a* é o mais comum também no Português de São Tomé (POST), enquanto no Português de Cabo Verde (POCV) não foram encontrados exemplos de relativas cortadoras com função de complemento indireto ou oblíquo que devessem ser introduzidas por *a*. Também, o apagamento é dado com preposições de maior peso lexical como *em* nas duas subvariedades

aqui tratadas, ao mesmo tempo que se regista em POCV unicamente a inclusão de uma preposição em casos que não exige o verbo (41), o que indica o conhecimento da norma e uma dificuldade com a regência verbal.

(41) E isso tem a ver com a confiança em que o governo transmite.

Atendendo às variáveis sociolinguísticas como a classe social e o nível de instrução, Alexandre, Gonçalves e Hagemeyer (2011) observam que no POST existe uma ligação de classe social e nível de escolaridade com as estratégias de relativização: o uso da estratégia canónica indica o conhecimento da norma e, portanto, de um certo nível de escolarização, enquanto o uso da copiadora é mais próprio de falantes com menor instrução, e no caso da relativa cortadora, esta é estendida de forma geral.

A propósito das variáveis extralinguísticas quanto ao estudo das orações relativas no PA, Oliveira e Gomes (2021) estudam a formação das orações relativas de uma perspetiva sociolinguística especificamente sobre a variedade urbana do português em Moçambique, uma investigação que nos proporciona um exemplo concreto dentro da variedade africana do português. Para isto, têm em conta não só o nível de escolaridade, mas também a faixa etária, o sexo, o estatuto do português e as línguas dominadas pelos sujeitos.

Assim, pode-se dizer que existe uma concordância entre as variedades do português, dado que todas parecem evoluir segundo tendências semelhantes. Também, ao contrário de outras opiniões como a dos autores como os já mencionados Alexandre e Hagemeyer, a situação de contato com línguas africanas autóctones em que se encontra a língua portuguesa no país interfere significativamente no uso das relativas não padrão. De facto, para considerar a incorporação da relativa cortadora no estudo vão ser condicionantes as informações de sexo e escolaridade, afirmam Oliveira e Gomes (2021).

Por um lado, sobre a variável “escolaridade”, as autoras tiram do projeto *CorporaPort – Variedades do Português em análise* os dados que recolhem na seguinte tabela e os quais mostram uma concordância entre o nível de escolaridade (básico, intermediário e superior) e o Peso Relativo:

Nível	Apl/T	PR
básico	51/57 = 89,5%	.850
intermediário	52/78 = 66,7%	.607
superior	27/82 = 32,9%	.166

Tabela 5. “Escolaridade” em Oliveira e Gomes (2021)

Quanto maior é a instrução do sujeito, menor é o uso da relativa cortadora nos seus discursos, devido ao conhecimento da norma que outorga o ensino. Pelo contrário, quanto menor é o nível de escolaridade, mais ocorrente é o uso da relativa cortadora. Uma informação que coincide com as outras variedades do português. Além disso, estes dados deixam ver, em termos gerais, uma diferença importante entre a percentagem de falantes com uma escolaridade básica (89,5%) e a percentagem de falantes com uma escolaridade superior (32,9%) que, ao mesmo tempo, permite deduzir a realidade socioeducativa do país.

Por outro lado, sobre a variável “sexo” as autoras observam de novo no projeto os dados que recolhem na seguinte tabela.

	Apl/T	PR
mulheres	79/126 = 62,7%	.588
homens	51/91 = 56%	.380

Tabela 6. “Sexo” em Oliveira e Gomes (2021)

Estes dados mostram uma percentagem ligeiramente superior que representa os informantes de sexo feminino: 62,7% mulheres e 56% homens. No entanto, os homens fazem menor uso da estratégia cortadora nos seus discursos, com um Peso Relativo de 380, do que as mulheres, com um Peso Relativo de 588, um resultado que surpreendeu as investigadoras e lhes fez deduzir que “estamos, de fato, diante de um processo de mudança linguística com a generalização da variante cortadora” (Oliveira e Gomes, 2021: p. 94).

Oliveira e Gomes (2021) evidenciam o alto uso da relativa cortadora nos últimos anos, por vezes superior à própria estratégia padrão e notoriamente superior à escassa estratégia copiadora.

5. Conclusões

O surgimento de diferentes estratégias de relativização não recolhidas pela norma, nomeadamente a estratégia cortadora e a estratégia copiadora, está a ganhar cada vez mais importância para os linguistas ante o evidente e rápido crescimento do seu uso. Tendo como objetivo apresentar o estado em que se encontra este fenómeno sintático dentro da lusofonia, e uma vez apresentadas as orações relativas e os diferentes tipos existentes – destacando a divisão em oração relativa padrão, copiadora e cortadora – através dos estudos de numerosos investigadores, pode-se afirmar de uma perspectiva gerativista que existe uma diferença na

derivação das relativas padrão e não padrão cortadora. As relativas cortadoras implicam um movimento do DP antecedente que não arrasta consigo a preposição, a qual acaba por ser apagada na componente fonológica, tal e como conclui Espírito Santo (2020).

Por outro lado, de uma perspectiva funcionalista e trazendo de novo Camacho (2013), veem-se as diferentes estratégias como alternativas ordenadas em menor ou maior grau de facilidade quanto ao processamento cognitivo que as construções oferecem. Colocam-se em primeiro lugar a estratégia cortadora e copiadora, e finalmente a padrão como a mais custosa.

Também, pôde-se observar a evidente interferência dos fatores sociolinguísticos como o sexo, a idade e a escolaridade de diversos grupos de falantes como exemplo dentro da língua portuguesa de Portugal, do Brasil e dos PALOP, ainda que caiba destacar a importância de não considerar estes estudos isolados como mostra absoluta da realidade. Para o PE, contando que a sociedade portuguesa se encontra dentro de uns parâmetros de escolarização e alfabetização altos, o projeto de Santos (2014) mostra uma frequência maior das relativas sem preposição no discurso de pessoas que receberam uma menor instrução do que no discurso de pessoas que receberam maior instrução, algo que permite perceber certa concordância com a teoria da antinaturalidade e a defesa do fator “escolaridade” como uma premissa relativamente determinante. Para o PB, Almeida e Salles (2021) conseguem demonstrar a possibilidade de tomar a teoria de Kato e Nunes (2009) considerando como lugar de origem da relativização das copiadoras o deslocamento à esquerda; já no caso das cortadoras, é observado aqui que o apagamento da preposição depende do tipo destas, uma explicação que não pode abranger a proposta de Kato e Nunes ante a aparição de casos diferentes aos tratados por estes autores. Para o PA, existe uma concordância com a evolução europeia e brasileira na formação das relativas, embora fosse possível encontrar uma discrepância entre o estudo de Hagemeyer (2016) e o de Oliveira e Gomes (2021) a respeito da subvariedade moçambicana, sendo que o primeiro julga ser maior o emprego das relativas copiadoras e o segundo mostra ser a copiadora usada de forma muito escassa.

Assim, pode-se documentar certa discrepância entre alguns autores, no entanto é evidente que um número extenso de investigadores verifica o crescente emprego da estratégia cortadora acima da copiadora, e outros inclusive acima da forma normativa.

Para concluir, com os olhos postos no futuro é possível prever uma continuação deste aumento em todas as variedades da língua portuguesa. Por um lado, o desprestígio da estratégia copiadora favorecerá o crescimento da ocorrência da estratégia cortadora, e por outro lado, o caráter antinatural da estratégia canónica também contribuirá para isto. Pelo

contrário, a relativa cortadora não resulta repetitiva e colabora com a tendência a economizar a linguagem ao supor um menor esforço cognitivo.

Como afirmam Arim, Ramilo e Freitas (2005), “se a tendência que se tem verificado até aqui se mantiver, é possível que a estratégia cortadora venha a sobrepor-se à canónica, havendo necessidade de a norma passar a reconhecê-la não como um desvio mas como uma alternativa válida” (p. 79). Porque, como foi antecipado na parte introdutória do presente trabalho, as línguas encontram-se em uma contínua evolução em que aquilo que era reconhecido como um erro pode passar a ser mais uma possibilidade aceite pela norma.

6. Bibliografia

Alexandre, N., Gonçalves, R. & Hagemeyer, T. (2011). A formação de frases relativas em português oral de Cabo Verde e de São Tomé, A. Costa; I. Falé & P. Barbosa (eds.). Textos Seleccionados do XXVI ENAPL 2010, Lisboa: APL, 17-34.

Almeida, J. M. P. & Salles, H. L. (2021). Orações relativas do português brasileiro: estruturas cortadoras e resumptivas. *Estudos Linguísticos*, 50(2), 485-503.

Arim, E., Ramilo, M. C. & Freitas, T. (2005). Capítulo 4. Mudanças em curso e os média: o caso das relativas. Em: M. H. Mateus & F. B. Nascimento, *A Língua Portuguesa em Mudança* (67-80). Lisboa: Caminho.

Brito, A. (1995). As orações relativas restritivas nas variantes culta e oral em quatro línguas românicas, com especial incidência em Português. *Lusorama. Revista de Estudos sobre os Países de Língua Portuguesa*, 27, 70-81.

Camacho, R. G. (2012). Estratégias de relativização: transparência e opacidade. *Revista do GEL*, 9(2), 67-84.

Camacho, R. G. (2013). Construções relativas nas variedades do português: uma interpretação discursivo-funcional. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 15(1), 179-214.

Chomsky, N. (1999). *O Programa Minimalista*. (E. P. Raposo, Trad.) Lisboa: Caminho.

Comrie, B. (1989). *Language universals and linguistic typology*. Oxford: Blackwell.

Duarte, I. (2000). *Língua Portuguesa: instrumentos de análise*. Lisboa: Universidade Aberta.

- Espírito Santo, A. (2020). Relativas cortadoras: mover e cortar? Ou cortar antes de mover?. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, (7), 151-175.
- Gonçalves, P. (2013). O português em África. Em Raposo, E. P., Nascimento, M. F. B., Mota, M. A. C., Segura, L., Mendes, A., *Gramática do Português* (Vol. I, pp. 157-178). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hagemeijer, T. (2016). O português em contacto em África. Em A. M. Martins & E. Carrilho (eds.), *Manual de Linguística Portuguesa* (43-67). Berlim: Mouton de Gruyter.
- Hengeveld, K. & Mackenzie, J. L. (2008). *Functional Discourse Grammar. A typologically-based theory of language structure*. Oxford: University Press.
- Kato, M. & Nunes J. (2009). A Uniform Raising Analysis for Standard and Nonstandard Relative Clauses in Brazilian Portuguese. Em Nunes, J., *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax* (pp. 93-120). Amsterdão: John Benjamins.
- Keenan, E. & Comrie, B. (1977). Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry*, 8 (1), 63-99.
- Kenedy, E. (2002). *Aspectos estruturais da relativização em português: uma análise baseada no modelo raising*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Kenedy, E. (2007). *A antinaturalidade pied-piping em orações relativas*. (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Klein, E. C. (1993) *Toward Second Language Acquisition. A Study of Null-Prep*. Dordrecht: Springer Netherlands.
- Ladeira, J. D. (1977). *Problemas de termos regidos pela preposição “de”*. (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Mollica, M. C. M. & Braga, M. L. (orgs.) (2003). *Introdução à Sociolinguística – o tratamento da variação*. S. Paulo: Contexto.
- Mollica, M. C. M. (1995). (De) que falamos? Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia.
- Oliveira, M. S. & Gomes, D. K. (2021). As orações relativas na variedade urbana do português de Moçambique: uma abordagem sociolinguística. *Estudos Linguísticos e Literários*, (72), 76-97.

- Peres, J. A. & Mória, T. (1995). Capítulo 5. Orações relativas. Em Peres, J. A. & Mória, T., *Áreas Críticas da Língua Portuguesa* (pp. 269-369). Lisboa: Caminho.
- Santos, C. S. (2014). *Relativas cortadoras no português europeu falado: interação com as variáveis sociais*. (Dissertação de mestrado). Universidade do Minho, Braga.
- Saraiva, M. E. F. (1984). Análise Funcional de elipse de preposição em português. *Ensaio de Linguística*, 11, 82-97.
- Souza, C. R. (2007). *Relativa cortadora: movimento o apagamento?*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Tarallo, F. (1985) The Filling of the Gap: Pro-Drop Rules in Brazilian Portuguese. Em L. King & C. Maley (Eds.), *Selected Papers from the XIIIth Linguistic Symposium on Romance Languages* (pp. 355-375). Amsterdão: John Benjamins.
- Veloso, R. (2013). Subordinação relativa. Em Raposo, E. P., Nascimento, M. F. B., Mota, M. A. C., Segura, L., Mendes, A., *Gramática do Português* (Vol. II, págs. 2059-2134). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.